



GT 53. Índios em cidades e cidades indígenas

Coordenador(es):

José Maurício Paiva Andion Arruti (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)

Ricardo Ventura Santos (FIOCRUZ)

Debatedor/a: José Carlos Matos Pereira (CBAE/UFRJ)

O tema da migração ou mobilidade indígena para centros urbanos, com as transformações cosmológicas, organizacionais e identitárias nele implicadas é matéria de interesse crescente na antropologia produzida nos EUA, na América Latina e no Brasil. Depois dos primeiros trabalhos sobre o tema na década de 1960, com Cardoso de Oliveira, e na década de 1980 com seus orientandos, o tema praticamente saiu da pauta da antropologia feita no Brasil, para só ser retomado duas décadas depois, em larga medida sob o impacto dos dados produzidos em escala nacional com a introdução da categoria “indígena” na lista de opções de auto-atribuição na pergunta sobre cor ou raça dos Censos Demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010. Neles registrou-se não apenas um crescimento da população auto-atribuída indígena de praticamente 100% da primeira para a segunda década, como também que esta população estava dividida em proporções praticamente iguais entre áreas rurais e urbanas. Isso impulsionou tanto os estudos demográficos e etnográficos sobre indígenas em situações urbanas, quanto vem renovando o diálogo interdisciplinar. Este GT tem por objetivo reunir trabalhos sobre a situação dos índios em cidades, com a expectativa de construir um panorama sobre o tema, suas abordagens e pautas de trabalho.

Das ?aldeias? à ?cidade? e da ?cidade? às ?aldeias?: mobilidade, política e presença indígena em Atalaia do Norte-AM

Autoria: Rodrigo Oliveira Braga Reis (UFAM - Universidade Federal do Amazonas)

Esta comunicação parte da reflexão sobre um recenseamento colaborativo (realizado em 2018) da presença indígena na ?área urbana? do município de Atalaia do Norte-AM (antigo povoado, foi instituído como município em dezembro de 1955) e do estudo sobre a formação e transformações do movimento indígena e da atuação política de lideranças de povos da Terra Indígena Vale do Javari. Localizada na fronteira do Brasil com o Peru, esta TI tem uma extensão de 8.527.000 hectares e um perímetro de aproximadamente 2.068 km. É a terceira maior área indígena do Brasil. Está situada na região do Alto Solimões, no sudoeste do estado do Amazonas. Abrange áreas drenadas pelos rios Javari, Curuçá, Ituí, Itacoai e Quixito, além dos altos cursos dos rios Jutai e Jandiatuba, compreendendo cerca de 85% da área do município de Atalaia do Norte, assim como, terras dos municípios de Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Jutai. Nesta Terra Indígena vivem cerca de 6000 indígenas das etnias: Kanamari, Korubo, Kulina-Pano, Marubo, Matis, Matsés (Mayoruna), além de grupos isolados/autônomos localizados no Alto Jutai, no Jandiatuba e no Quixito. O aumento de moradores indígenas na ?cidade? de Atalaia do Norte e a crescente atuação política de indígenas em estruturas governamentais ? como a Câmara Municipal de Vereadores, Secretarias Municipais e o Distrito Sanitário Especial Indígena ? fomentam o questionamento sobre os desafios à política de Terras Indígenas e a reflexão crítica sobre às oposições aldeias/cidade e índios/não-índios. Em determinadas situações é possível observar que políticos locais, servidores públicos e parte da chamada população ?não indígena? compartilham a compreensão de que o ?estar na cidade? (morar, trabalhar, estudar, ocupar cargos políticos, ter acesso à benefícios sociais, dentre outros aspectos) se constitui como negação do ?ser indígena?, portanto, de sua ?identidade étnica?. Expressões como ?índios urbanos?, ?assimilados?, ?aculturados? ou



?desaldeados? refletem um ideal preconceituoso que busca estabelecer o lugar ? espacial e social ? dos indígenas no Brasil. São comuns a percepção e os discursos que assinalam que ?vir para a cidade? é igual a ?deixar de ser índio? e de que estão ?abandonando a Terra Indígena?. No entanto, tomando a política indígena como agente principal, os estudos realizados têm demonstrado relações de continuidade e de interdependência entre processos de territorialização, a manutenção do território demarcado e a atual presença na cidade.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: